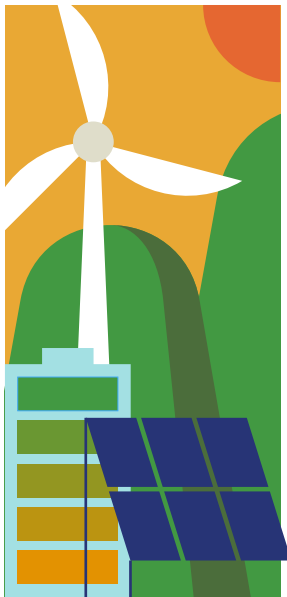
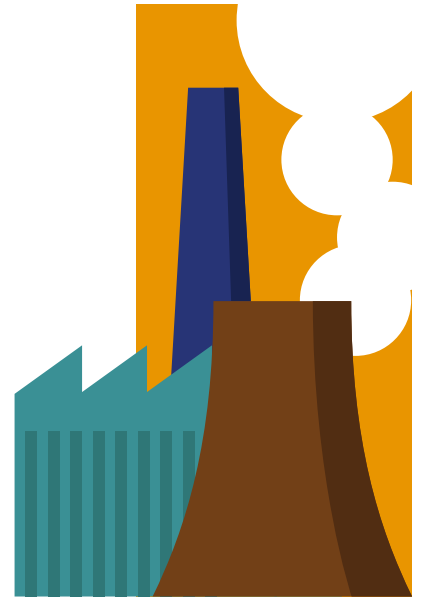


INCLUSÃO PRODUTIVA E TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: **OPORTUNIDADES PARA O BRASIL**

Sumário executivo



realização

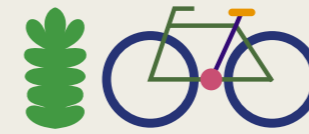


execução



apoio técnico





Sumário executivo

A crise climática é uma realidade em todo o mundo e tem sido um tema de discussão crescente, envolvendo desde os foros internacionais até as deliberações locais sobre como lidar com os impactos de eventos extremos. No campo científico, já se constatou que as mudanças são resultado da ação humana e que em 2023 foram ultrapassados seis dos nove¹ limites que sustentam a vida no planeta, levando a humanidade a zonas de alto risco, em que as consequências ecológicas são incertas. Apesar dos países do Norte global estarem entre os principais causadores das mudanças, desdobramentos como ondas de calor, fortes chuvas, inundações ou secas atingem desproporcionalmente os países do Sul Global e as populações em situação de vulnerabilidade, que estão menos preparadas para lidar com as mudanças em curso e possuem uma maior dependência de recursos naturais nos seus meios de vida. Pessoas que vivem em áreas de periferia ou remotas, mulheres, povos tradicionais e a população negra tendem a ser especialmente impactadas, revelando aspectos sociais da crise em curso.

No centro do enfrentamento a esses desafios está a necessidade de se repensar a atividade econômica e de promover uma transição para a sustentabilidade. São diversos os problemas em debate - tais como a presença significativa de fontes fósseis na matriz energética e nos processos industriais, a gran-

¹ Os nove limites planetários são: Mudanças climáticas, Fluxos dos ciclos biogeoquímicos, Acidificação dos oceanos, Uso global de água doce, Esgotamento da camada de ozônio estratosférica, Carga de aerossóis atmosféricos, Mudanças nos sistemas terrestres, Perda de integridade da biosfera, Novas entidades.

de quantidade de resíduos produzidos, a degradação dos biomas em prol de atividades econômicas muitas vezes ilegais, a maneira como produzimos os alimentos e a sua qualidade e o tipo de infraestrutura ou cidades que podem ser mais resilientes aos desafios que o futuro reserva. Ao mesmo tempo, tem ganhado força a ideia de que uma transição para a sustentabilidade poderia gerar novas oportunidades econômicas. Particularmente para países como o Brasil, que possui uma matriz energética mais limpa do que a mundial e conta com uma enorme biodiversidade, a crise poderia ser também uma oportunidade.

Em meio a essas discussões a atenção ao futuro das populações em situação de vulnerabilidade permanece em grande medida como uma lacuna. Os fóruns internacionais incluíram o aspecto social na discussão sobre sustentabilidade especialmente a partir de 2012 e, como desdobramento, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, na maior parte das vezes o desafio social permanece, no melhor dos casos, em segundo plano frente às exigências ambientais e à adoção de tecnologias que poderiam viabilizar a manutenção das atividades econômicas. Em uma sociedade profundamente desigual, a falta de uma atenção substantiva à dimensão social tende apenas a aprofundar as desigualdades que historicamente têm sido reproduzidas em todo o mundo.

Neste contexto, a Fundação Arymax, a B3 Social, o Instituto Golden Tree e o Instituto Itaúsa solicitaram que o Instituto Veredas realizasse uma pesquisa com o objetivo de entender mais profundamente de que maneira a transição para a sustentabilidade no país pode gerar não apenas um futuro ambientalmente mais sustentável, mas também mais oportunidades de trabalho e renda para a população mais vulnerável do país. O estudo é parte de uma série de pesquisas realizadas ao longo dos últimos 5 anos ao redor do tema da inclusão produtiva.

O estudo foi conduzido entre julho e dezembro de 2023, em um período em que as discussões ganharam cada vez mais relevância e têm sido objeto do debate público. Foram realizados: i) um amplo processo de revisão da literatura, que abarcou mais de 700 referências; ii) duas oficinas que contaram com 23 participantes; e iii) entrevistas com 10 especialistas. É importante ressaltar que, ao mesmo tempo que houve um esforço grande de sistematização e de tradução do conhecimento disponível, a equipe de pesquisa também se dedicou a refletir sobre as discussões em curso. Esta publicação é o resultado desse processo de sistematização e reflexão acompanhado de perto pelos financiadores da pesquisa.

As percepções aqui apresentadas são também um convite para que mais e mais pessoas participem do debate público sobre o tipo de desenvolvimento que esperamos promover ao longo dos próximos anos e para que mais pesquisadores e tomadores de decisão possam explorar os caminhos que permitam um olhar para a transição que, desde a sua concepção, seja portador de oportunidades de inclusão produtiva. Neste sumário executivo reunimos as principais ideias levantadas pelo estudo.



A NECESSIDADE DE REPENSAR A ATIVIDADE ECONÔMICA

Há diversas abordagens sendo propostas como novas formas de pensar a atividade econômica. Em diferentes círculos são mencionados termos como economia verde, sustentabilidade fraca, sustentabilidade forte, decrescimento econômico e transição justa. Embora todas reconheçam a importância de conciliar as dimensões ambiental, social e econômica, essas concepções ora se complementam e ora se opõem. Entender a partir de qual concepção são feitas as proposições é importante para tornar as discussões mais precisas. Neste estudo, assumimos que **o desenvolvimento sustentável é aquele que promove a expansão das liberdades humanas, a partir de formas de uso de recursos naturais e relação com a sociedade que permitam a conservação e a regeneração da natureza e o enfrentamento à pobreza e às desigualdades**. Assim, a sustentabilidade precisa ser entendida com suas dimensões ambientais e sociais de maneira indissociável e a expansão da riqueza deve estar associada ao que isto permite às pessoas fazerem. Nesse contexto, o desenvolvimento não pode estar baseado na destruição dos serviços ecossistêmicos que sustentam a sociedade, nem no aprofundamento das desigualdades e da pobreza.

Se a transição para a sustentabilidade deve gerar mudanças significativas para o enfrentamento das desigualdades no Brasil, é preciso ir além de uma discussão de práticas sustentáveis que permitiriam a mitigação de emissões e a adaptação aos impactos das mudanças climáticas, por mais importantes que sejam. **Em um país como o nosso é preciso buscar um novo estilo de desenvolvimento**. Devido a mudanças no âmbito internacional e escolhas dos governos ao longo do tempo, o Brasil tem organizado a sua atividade econômica ao redor da produção de commodities para a exportação. Um dos resultados dessa opção, no entanto, tem sido uma estrutura produtiva caracterizada por poucas grandes empresas altamente produtivas que convivem com muitas pequenas empresas de baixa produtividade. Esses desníveis, ou brechas de produtividade, levam à reprodução das desigualdades na sociedade, uma vez que grande parte da força de trabalho se encontra em setores de baixa produtividade e remuneração.

Esse estilo de desenvolvimento tem se mostrado insustentável em termos econômicos, ambientais e sociais. As mudanças climáticas podem, por exemplo, afetar o PIB brasileiro nos próximos anos por conta dos impactos negativos sobre a produtividade agrícola, tanto em relação a produtos para a exportação como para culturas para a subsistência. Nesse sentido, o país precisa identificar novos motores de desenvolvimento econômico que resultem em um ciclo virtuoso com geração de empregos de qualidade e bem-estar social e promovam a regeneração da natureza. Modificar o estilo de desenvolvimento do país não é uma tarefa simples e não há respostas prontas a serem adotadas, no entanto é preciso que o desafio seja assumido de forma consistente.



Ao buscar um novo estilo de desenvolvimento, é preciso conferir um olhar substantivo para a inclusão produtiva, ao invés considerá-la uma consequência natural ou relegá-la ao campo da redução de danos. A ideia de “não deixar ninguém para trás”, presente nos ODS, precisa encontrar expressão prática neste contexto. Enquanto as discussões de transição para a sustentabilidade com frequência mencionam balanços na quantidade de ocupações que devem ser geradas e eliminadas (com resultados tipicamente positivos), pouco se discute sobre a qualidade dessas ocupações ou em que medida não apenas as grandes empresas, mas também as micro e pequenas e as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade serão consideradas como públicos prioritários na transição que precisa ocorrer. Dar atenção à inclusão produtiva é responder a esses desafios que tem permanecido à margem do debate e é reconhecer que um país só poderá ser próspero se toda a sua população tiver os meios para produzir e acessar produtos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos.

Assim, se queremos avançar na direção da sustentabilidade, a preocupação com a inclusão produtiva precisa estar no coração da reflexão sobre desenvolvimento econômico. Por mais que o tema da inclusão produtiva seja relevante para o campo social, mantê-lo restrito ao âmbito da assistência social é legitimar o processo excludente que caracteriza grande parte da atividade econômica. A superação da exclusão, nesse sentido, passa necessariamente por um exame mais aprofundado sobre as estratégias que serão empregadas para promover o desenvolvimento econômico e social em meio à transição para a sustentabilidade. Sem um olhar substantivo para a inclusão produtiva não há transição possível para a sustentabilidade.

OLHAR APROFUNDADO PARA SETORES ESTRATÉGICOS

Para explorar mais profundamente a necessidade de conectar a inclusão produtiva com a transição para a sustentabilidade é fundamental entender melhor as diferentes transições que têm se colocado em debate. Foram definidos quatro setores para a discussão: **1) Sistemas alimentares e de uso da terra, 2) Indústria, 3) Energia, e 4) Cidades e Infraestrutura**. Esses setores têm gerado discussões envolvendo diferentes grupos de atores e cada uma delas tem sua própria complexidade.

A análise de cada um dos setores é guiada por três perguntas gerais. Primeiro, a discussão tem como ponto de partida um conjunto de problemas que precisam ser abordados na transição. Por isso, a primeira pergunta definida é:

Quais são os principais desafios ambientais e sociais para a transição no setor em questão, tendo em vista o contexto brasileiro?



Para respondê-la, foram sistematizadas evidências disponíveis sobre o setor. De maneira geral não foram identificadas publicações anteriores que ofereciam um panorama abrangente como o proposto neste estudo. De acordo com o panorama de desafios, foram identificadas questões críticas que precisam de atenção para que a transição para a sustentabilidade no setor também seja portadora de oportunidades para a inclusão produtiva.

Por reconhecer que diante dos desafios que se apresentam há diferentes vozes no debate público propondo soluções, a segunda pergunta abordada pela pesquisa é:

Quais as principais narrativas de transição que têm se apresentado no debate público sobre este setor e quais seus possíveis impactos?

As narrativas carregam consigo necessidades e interesses de atores específicos, por isso podem ser complementares entre si em alguns casos, mas também envolver disputas. Para responder a esta pergunta, a equipe de pesquisa buscou identificar as perspectivas prevaletentes no debate público e nas publicações analisadas. De maneira geral, as categorias apresentadas não estão pré-definidas em uma publicação específica, são uma proposta deste projeto de pesquisa. Os leitores devem se sentir livres para discordar e oferecer melhorias. Para cada narrativa também foram discutidos os potenciais impactos das soluções propostas, tanto em termos ambientais e sociais, de maneira geral, como para o mundo do trabalho.

Por fim, a partir do cruzamento das questões críticas a serem enfrentadas e das áreas de atividades que têm sido apontadas pelas narrativas, a terceira questão abordada é:

Quais as áreas prioritárias para aliar a inclusão produtiva ao processo de transição para a sustentabilidade no setor definido e o que precisa ser feito para avançá-las no país?

A partir das evidências levantadas e da discussão da equipe de pesquisa, para cada setor foi identificado um conjunto de 4 ou 5 áreas prioritárias, totalizando 19 no conjunto de setores. Como essas áreas possuem diferentes graus de alinhamento com a transição para a sustentabilidade e reúnem condições mais (ou menos) favoráveis para o seu desenvolvimento, elas também foram classificadas em três grupos:

- **Grupo 1** – Áreas não alinhadas com a agenda de sustentabilidade, e que precisam ser reestruturadas com atenção à inclusão produtiva. (Ex.: Petróleo e Gás);
- **Grupo 2** – Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade, mas que precisam ser estruturadas para que a transição seja acompanhada de inclusão produtiva e impactos sociais positivos. (Ex.: Energia Eólica);
- **Grupo 3** – Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas que demandam uma aceleração da transição. (Ex.: Restauração florestal).



Um resultado importante a destacar é que, ao analisar o contexto brasileiro, poucas áreas foram classificadas no Grupo 3, ou seja, aquelas que deveriam ser mais prioritárias, porque estão alinhadas com a transição e em boas condições para se desenvolverem. Esse resultado reforça a necessidade de uma atuação coordenada entre governos, empresas e terceiro setor para que o potencial existente em cada uma dessas áreas seja realizado. A seguir é apresentada uma síntese dos achados em cada um dos setores, abordando as três perguntas norteadoras mencionadas. Nas tabelas relacionadas às áreas de atividade prioritárias, os três grupos acima descritos estão identificados em suas respectivas cores. De maneira geral, as discussões revelam que apesar dos desafios em cada setor, existem oportunidades efetivas para criar caminhos em que a transição para a sustentabilidade seja também portadora de oportunidades para a inclusão produtiva.

1) Sistemas alimentares e de uso da terra

Este setor abrange todas as atividades relacionadas à **produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos**, tanto a partir de ecossistemas terrestres como aquáticos. E dada a importância crescente da preservação dos ecossistemas, também foram incluídos os sistemas de uso da terra.

Nos últimos 50 anos, em um contexto de rápida urbanização, a produção global de alimentos e os padrões alimentares mudaram substancialmente. Enquanto ganhou força a visão da Revolução Verde, que tinha por objetivo central aumentar a oferta de alimentos e a produtividade agrícola por meio de pacotes tecnológicos e uso de insumos químicos, também ocorreram mudanças globais para dietas pouco saudáveis, ricas em calorias e alimentos altamente processados e de origem animal. Por conta dos problemas ambientais e no campo da saúde humana associados aos sistemas alimentares, **a transição agroalimentar tem sido considerada uma prioridade na agenda global.**

No Brasil, esse setor é de grande relevância devido ao seu impacto ambiental e na manutenção de elevados níveis de desigualdade:

- Este setor abarca a maior parte das emissões de carbono do país. Em 2021, 49% das emissões eram resultado do desmatamento, enquanto 25% provinham da produção agropecuária.
- Nas regiões em que o desmatamento avança, atividades ilegais de exploração de madeira e de mineração e expansão da fronteira agrícola, acabam criando uma economia do desmatamento, impulsionada por demandas externas ao território.



- No campo da produção agropecuária, o que se observa é, por um lado, o fortalecimento do agronegócio com aumento da produção de commodities para a exportação e sem aumento expressivo na geração de novos postos de trabalho, e por outro, a redução número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos de agricultura familiar e da produção de certos alimentos, como arroz e feijão.
- Os sistemas alimentares são cada vez mais caracterizados por uma monotonia², da produção ao consumo, fortemente influenciada pelos direcionamentos dados pelos setores de insumos agrícolas, a indústria de alimentos e as redes de comercialização - os quais são marcados por um elevado grau de concentração.
- Nesse contexto, o Brasil tem enfrentado um cenário grave de insegurança alimentar, o qual aflige em especial os lares chefiados por mulheres e pessoas negras.

Diante desse panorama, são apontadas como questões críticas para avançar na transição para a sustentabilidade com geração de oportunidades para a inclusão produtiva:

- Deter o avanço do desmatamento e de atividades ilegais nos biomas do país e promover sua restauração.
- Criar estratégias para reduzir o impacto da produção em grande escala, com especial atenção à pecuária.
- Aprimorar o acesso de agricultores familiares a políticas públicas que possam ampliar sua produtividade e resiliência, bem como reduzir suas emissões.
- Ampliar a oferta e o acesso a alimentos saudáveis para a população do país, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade.

² Ricardo Abramovay é um dos principais autores que contribuíram para a difusão do conceito de monotonia dos sistemas alimentares no Brasil.



Narrativas

Ao analisar o debate público, foram identificadas sete narrativas que se apresentam como caminhos para a transição para atividades mais sustentáveis neste setor.

| Narrativa | Principais propostas | Potenciais impactos em inclusão produtiva |
|--|--|--|
| Sistemas alimentares convencionais | <p>Visa expandir a produção de alimentos no mundo, tanto na agropecuária como na aquicultura, por meio de modelo de produção baseado em ganhos crescentes de produtividade.</p> <p>Baseia-se em cadeias globais de comercialização, com produção em grande escala e alto grau de padronização. Defende o uso de tecnologias e de bioinsumos para ampliar a produtividade.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Cresce a demanda por mão de obra qualificada devido à adoção de tecnologias modernas e técnicas de gestão; Redução da demanda por mão de obra em atividades de menor complexidade devido à automação dos processos produtivos; Podem gerar barreiras adicionais para a inserção de pequenos produtores devido ao alto custo tecnológico, e o domínio exercido pelos grandes produtores. |
| Sistemas alimentares baseados em novas fronteiras tecnológicas | <p>Produzir alimentos em laboratório em um contexto de elevada produtividade e base tecnológica, ampliando a oferta mundial de alimentos e reduzindo a pressão sobre os recursos naturais.</p> <p>Uso de avanços na biotecnologia e genética para gerar novos produtos (agricultura celular e plant-based), agricultura vertical nos centros urbanos (cultivo de plantas em camadas empilhadas, em ambientes como edifícios) e novas fontes de proteína.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Emprego de mão de obra altamente qualificada nos campos da biotecnologia, genética, aprendizado de máquina e big data; A agricultura vertical pode ofertar oportunidades de trabalho na produção de alimentos dentro das cidades; Redução da demanda por mão de obra no cultivo, beneficiamento e processamento de alimentos naturais; Exclusão de produtores agropecuários que têm sua atividade econômica baseada na proteína animal. |
| Sistemas alimentares baseados em estratégias de negócio e posicionamento de mercado | <p>Produzir alimentos de qualidade diferenciada por meio da adoção de processos produtivos mais sustentáveis e associados a territórios, criando também um diferencial competitivo.</p> <p>Podem ser acompanhados de processos de certificação; tipicamente visando a inserção em mercados de maior valor agregado ou de nicho.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Crescimento de estabelecimentos agrícolas com produtos de maior valor agregado; Oportunidades no beneficiamento, processamento, distribuição, comercialização dos produtos, assim como no turismo e outros serviços; Custos ou especificações das certificações podem ser impeditivos à participação de pequenos produtores; Estabelecimentos mais bem posicionados, podem levar à exclusão de outros mais vulneráveis. |
| Sociobioeconomia | <p>Fomentar atividades econômicas (não restritas à produção de alimentos) capazes de promover o uso sustentável da sociobiodiversidade e garantir a conservação dos ecossistemas.</p> <p>Utilização de tecnologias produtivas que promovam manejo florestal e dos rios e oceanos, mantendo em vista a repartição justa dos benefícios.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Geração de novas oportunidades ao longo das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade; Partilha justa de ganhos entre as partes envolvidas; Podem levar à exclusão de modos tradicionais de extrativismo ao criar empregos voltados para uma exploração em massa. |
| Sistemas Alimentares de base agroecológica | <p>Produzir alimentos com o objetivo de ofertar a quantidade e qualidade necessárias à promoção da segurança alimentar, permitindo que as pessoas escolham o que comem.</p> <p>Baseia-se em sistemas produtivos que consideram a diversidade e o funcionamento dos agroecossistemas e na promoção de cadeias produtivas locais e circuitos curtos, incluindo a agricultura urbana.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Inclusão de pequenos e médios produtores agrícolas; Criação de cadeias curtas de comercialização; Sistemas podem ser complexos e sem a devida assistência podem mostrar baixa produtividade. |



| Narrativa | Principais propostas | Potenciais impactos em inclusão produtiva |
|--|---|--|
| Povos e comunidades tradicionais | Defender a conservação dos recursos naturais e a realização de atividades que permitam a harmonia e a permanência dos povos. Reconhecem o caráter sagrado e essencial da natureza. Utiliza extrativismo de base tradicional e produção diversificada com uso de tecnologias sociais e insumos biológicos. E defende a demarcação dos territórios e criação de reservas, com fiscalização. | <ul style="list-style-type: none"> Oportunidades para se inserir na cadeia de atividades extrativistas; Conhecimento pode ser um ativo para o desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade; Baixa produtividade de atividades extrativistas, pode dificultar a inserção em mercados; Dependência de intermediários pode levar a relações injustas para acessar mercados. |
| Proteção e recuperação de recursos naturais | Conservar e recuperar florestas e oceanos para viabilizar a proteção da biodiversidade, a ampliação da captura de carbono e o aumento do rendimento de atividades produtivas. Propõe a criação de desincentivos para atividades predatórias e de incentivos para a conservação, acompanhados de investimentos em atividades de restauração de ecossistemas. | <ul style="list-style-type: none"> Proteção para atividades extrativistas; Geração de renda a partir da conservação ambiental; Oportunidades de trabalho no campo da restauração de ecossistemas; Programas de incentivos pouco atraentes para pequenos produtores; Restrições impostas podem inviabilizar modos de vida das populações locais; Trabalhos de restauração podem ser de baixa qualidade. |

Fonte: Elaboração própria

Há uma grande diversidade de proposições no conjunto de narrativas. Enquanto algumas estão preocupadas com o aumento da quantidade de alimentos, para outras a qualidade tem maior importância. Enquanto o mercado define as oportunidades para parte das narrativas, para outras a segurança alimentar é a prioridade a ser seguida. Em todos os casos, no entanto, é interessante observar que predomina uma atenção especial para a atividade agropecuária, enquanto os demais elos dos sistemas alimentares, seja a produção de insumos ou o processamento e a comercialização, recebem menor atenção.

A adoção de qualquer uma das narrativas tem o potencial de gerar efeitos tanto positivos como negativos para a inclusão produtiva. As oportunidades das três primeiras estão mais concentradas em atividades de maior especialização e, por isso, seriam menos acessíveis à população em vulnerabilidade. Já as últimas quatro parecem oferecer maiores possibilidades para pequenos produtores, ainda que seja necessário garantir que estes contem com o apoio e as condições necessárias para se beneficiar das soluções propostas.



Áreas prioritárias para a inclusão produtiva

Diante desse panorama foram identificadas cinco áreas prioritárias para a inclusão produtiva.

| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|---|---|--|
| Grupo 1- Áreas não alinhadas com a agenda de sustentabilidade, e que precisam ser reestruturadas com atenção à inclusão produtiva | | |
| Agroindústria e grandes redes de comercialização | A agroindústria e as principais redes de comercialização do país exercem uma grande influência nos sistemas alimentares do país. No entanto, de maneira geral, sua atuação não tem favorecido a inserção de pequenos produtores e uma alimentação saudável. | Investir em organizações e redes para produzir novas estratégias e conhecimentos que possibilitem arranjos produtivos que incluam pequenos produtores; Implementar legislação sanitária inclusiva e fomentar dinâmicas de abastecimento territorializadas; Fomentar programas de educação e de incentivo à alimentação saudável. |
| Grupo 2 - Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade, mas que precisam ser estruturadas para que a transição seja acompanhada de inclusão produtiva e impactos sociais positivos | | |
| Cadeias da agroecologia | A oferta de produtos agroecológicos em mercados de proximidade (feira locais, venda direta, entrega direta) permite ampliar o acesso a alimentos saudáveis e recompor as funções do ecossistema. As experiências, no entanto, frequentemente enfrentam desafios para ganhar escala. | Desenvolver indicadores para avaliar sistemas alimentares de maneira abrangente; Investir em pesquisas sobre a adoção da agroecologia; envolvendo organizações locais Garantir o acesso aos serviços e recursos que podem viabilizar a adoção de práticas agroecológicas e a inserção em mercados; Fortalecer redes de produtores para enfrentar desafios logísticos. |
| Pecuária regenerativa de pequena escala | Já estão disponíveis as tecnologias necessárias para uma pecuária regenerativa, que oferece serviços ecossistêmicos, seja fonte de renda e alimento e ofereça uma vantagem competitiva para o país. No entanto, a maioria dos produtores de pequeno porte, ou familiares, não tem adotado essas soluções. | Promover programas de assistência técnica e extensão rural; Criar linhas de financiamento que induzam a intensificação tecnológica e a melhoria das pastagens; Aprimorar programas de certificação e rastreabilidade ao longo da cadeia. |
| Cadeias da sociobioeconomia | Essas cadeias podem gerar oportunidades ao mesmo tempo que conciliar o uso da sociobiodiversidade com a regeneração dos ecossistemas. A discussão sobre as cadeias é relativamente recente e aqui também há desafios nas tentativas de ganhar escala. | Investir em CT&I para impulsionar o uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade; Promover parcerias entre comunidades e empresas com a repartição justa dos benefícios; Investir na estruturação das comunidades, na capacidade de processamento local e em soluções sustentáveis para a logística dos produtos. |
| Grupo 3 - Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas que demandam uma aceleração da transição | | |
| Restauração florestal | Esta área está fortemente relacionada com a manutenção das florestas em pé como forma de reduzir as emissões e promover oportunidades para fortalecimento da economia. Além disso, há uma quantidade crescente de fundos disponíveis para projetos de restauração. | Fortalecer programas de pagamento por serviços ambientais como entrada para investimentos em restauração; Criar Unidades de Conservação - especialmente em terras públicas não-destinadas - com atividades de geração de renda; Criar programas de restauração que incluam modalidades dirigidas para pequenos produtores. |



2) Indústria

O setor industrial abarca tanto a indústria extrativa como a indústria de transformação. Globalmente esses setores são responsáveis por 30% das emissões globais de gases de efeito estufa e cerca de 37% do consumo global de energia. Tanto em países do Norte como do Sul global, a discussão sobre a transição na indústria é fortemente acompanhada por um debate sobre o aumento da competitividade da economia dos países.

- Ao analisar a evolução do setor ao longo dos últimos anos no Brasil, é possível observar que:
- Apesar do caráter estratégico do setor industrial para o desenvolvimento da economia, nas últimas décadas o país passou por um processo de desindustrialização.
- A indústria está fortemente concentrada na região Sudeste, particularmente em São Paulo. Há estados na região Norte e Nordeste em que a participação da indústria no PIB e no emprego formal não chega a 1%.
- Enquanto a indústria extrativa é importante para a balança comercial, essa gera poucos encadeamentos produtivos e tem sido responsável por impactos expressivos em termos ambientais e sociais. Ainda não há uma alternativa clara para uma produção mais sustentável neste âmbito.
- Se por uma parte a indústria de transformação tem sido responsável por mais ocupações, é preciso manter em vista a qualidade dessas. Especialmente considerando o avanço da “informalização” e a baixa produtividade que caracteriza as MPEs no país – as quais são a maioria das empresas no setor.

Neste contexto, para enfrentar o desafio de promover uma transição para a sustentabilidade portadora de oportunidades na indústria, as seguintes questões são apontadas como críticas:

1. Estimular a transição energética e a eficiência em uso de materiais das indústrias de grande porte e explorar as oportunidades para integrações produtivas ao longo das cadeias.
2. Induzir oportunidades de industrialização com sustentabilidade ambiental no país que permitam a redução das desigualdades sociais e regionais e aproveitem oportunidades emergentes.
3. Fomentar arranjos produtivos em que as MPEs possam ter um papel importante no processo de industrialização com sustentabilidade ambiental, ampliando também a sua produtividade.



Narrativas

No debate público sobre a transição na indústria, foram identificadas três narrativas prevaletentes.

| Narrativa | Principais propostas | Potenciais impactos em inclusão produtiva |
|--------------------------------------|--|--|
| Descarbonização | <p>Criar uma indústria net-zero ou com baixas emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa. Tornando a descarbonização um diferencial competitivo.</p> <p>Propõe um olhar para a cadeia produtiva, a substituição de combustíveis fósseis e de outros insumos poluentes e ganhos de eficiência por meio da digitalização dos processos produtivos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de postos de trabalho e de negócios, especialmente nos setores de economia circular e energias renováveis; ➤ Perda de emprego nos setores ligados ao uso de combustíveis fósseis; ➤ Pode envolver terceirização e relações mais frágeis de trabalho, devido ao avanço da digitalização; ➤ Exclusão de MPEs que não forem capazes de acompanhar as mudanças com a transição. |
| Bio-manufatura | <p>Desenvolver uma política industrial inovadora a partir da bioeconomia, criando um mercado de bioprodutos com alto valor agregado.</p> <p>Propõe a inovação a partir de recursos biológicos, gerando novas tecnologias, materiais, processos, produtos e soluções, aproveitando recursos naturais e resíduos industriais e estimulando a estruturação de cadeias produtivas locais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de negócios inovadores (como startups) relacionados à bio-manufatura; ➤ Geração de oportunidades ligadas à bioinovação e ocupações intensivas em conhecimento; ➤ Desenvolvimento de cadeias produtivas locais, gerando ocupações nas áreas rurais; ➤ Risco de apropriação monopolista do conhecimento tradicional sobre uso da biodiversidade; ➤ Risco de promover ocupações precárias e informais, apesar de serem valorizadas como verdes. |
| Certificações socioambientais | <p>Oferecer vantagens competitivas para as empresas que cumprirem padrões definidos para processos produtivos, produtos ou para a empresa como um todo. Visa estimular uma crescente responsabilidade das empresas.</p> <p>Utiliza mecanismos de monitoramento dos impactos ambientais e estimula o aumento da eficiência operacional e a responsabilidade social com o entorno das plantas industriais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Estímulo à contratação de serviços e fornecedores locais, estimulando oportunidades de negócios; ➤ Oportunidades nas áreas de gestão ambiental, responsabilidade social, auditoria e consultoria ambiental, etc; ➤ O custo da certificação pode ser alto e o processo oneroso, especialmente para pequenas e médias empresas; ➤ Inclusão produtiva não é considerada como um critério de avaliação das empresas. |

Fonte: Elaboração própria

Essas narrativas oferecem percepções relevantes para abordar a transição na indústria e, apesar de suas diferenças, possuem características em comum. As três visam criar novas oportunidades ou diferenciais para as empresas na competição pelo mercado e sugerem a adoção de práticas como a economia circular. Elas também têm em comum o fato de estarem especialmente voltadas para as empresas de grande porte. As micro e pequenas empresas tipicamente não se beneficiam dessas proposições, seja pela dificuldade de arcar com os investimentos exigidos ou pela dificuldade de acessar os mercados de produtos sustentáveis. Na ausência de caminhos para as MPEs, tais propostas podem contribuir para a sua crescente marginalização.



Áreas prioritárias para a inclusão produtiva

Diante desse panorama foram identificadas quatro áreas prioritárias para a inclusão produtiva. Para avançar nessas diferentes áreas é essencial contar com a atuação articulada do governo, das empresas e do terceiro setor ao redor das recomendações identificadas a seguir.

| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|---|---|---|
| Grupo 1 – Áreas não alinhadas com a agenda de sustentabilidade, e que precisam ser reestruturadas com atenção à inclusão produtiva | | |
| Apoio a MPES | Apesar de representarem quase 94% das empresas no setor, as MPES não têm sido objeto de atenção na discussão sobre a transição para a sustentabilidade na indústria. Sem uma atenção a essas empresas, a estrutura produtiva do país continuará marcada por desigualdades. | Investir em organizações que atuam junto às MPES para desenvolver conhecimentos e estratégias para fomentar a sua transição para a sustentabilidade; Estimular a formação de arranjos produtivos inclusivos; Oferecer serviços voltados às MPES que estimulem a adoção de práticas sustentáveis e aumento de produtividade. |
| Grupo 2 – Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade, mas que precisam ser estruturadas para que a transição seja acompanhada de inclusão produtiva e impactos sociais positivos | | |
| Economia circular | Está fortemente relacionada a uma maior sustentabilidade ambiental ao contribuir para a redução de resíduos e uma maior eficiência energética. No entanto, é preciso garantir que as ocupações geradas sejam de qualidade. | Fortalecer o ambiente regulatório para estimular investimentos e a formalização de empresas de economia circular; Fomentar parcerias entre grandes indústrias e organizações que atuam na economia circular em setores de maior valor agregado; Ampliar programas de formação em modelos de negócio circulares. |
| Biomanufatura | Pode induzir oportunidades de industrialização com sustentabilidade ambiental em regiões em que a indústria está em grande medida ausente e gerar encadeamentos locais. Além disso, possui seus produtos tem perspectiva de crescimento nos próximos anos. | Ampliar o investimento de CT&I para a biomanufatura; Aprimorar as estratégias de parceria entre comunidades fornecedoras de insumos e empresas, garantindo a repartição justa dos benefícios; Fortalecer capacidade local de processamento de biorrefinarias e a logística dos produtos gerados. |
| Grupo 3 – Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas que demandam uma aceleração da transição | | |
| Complexo econômico e industrial da saúde (CEIS) | Permite fortalecer a capacidade do país de responder a crises globais de saúde e permite atender melhor algumas das necessidades relacionadas ao envelhecimento da população. A presença do SUS em todo o país e a balança comercial negativa do país no setor reforçam o seu potencial de crescimento. | Promover cadeias locais e regionais para a indústria da saúde visando atender interesse público; Investir em CT&I para estimular a produção nacional de máquinas e equipamentos, fármacos, produtos biotecnológicos; Ampliar programas de capacitação, incluindo atenção às tecnologias associadas à indústria 4.0. |

Fonte: Elaboração própria



3) Energia

O setor de energia está presente em todas as cadeias produtivas de bens e serviços. A energia é fundamental para os transportes e a produção de alimentos, para variados processos industriais e no dia a dia da população, viabilizando ou inviabilizando atividades produtivas, a depender da qualidade e condições de acesso à energia. A infraestrutura de energia é responsável por abastecer as residências, indústrias, veículos, sistemas de saneamento, entre outros. O predomínio do uso de fontes fósseis para a geração de energia a nível global faz deste setor um dos principais na discussão da transição para a sustentabilidade. Em países do Sul Global, a discussão dessa transição é acompanhada por questões relacionadas à pobreza energética. Isso porque quando não há possibilidade de acesso a serviços de energia adequados, confiáveis, eficientes e seguros, as pessoas buscam alternativas energéticas mais poluentes.

No Brasil, esse setor apresenta desafios relacionados aos impactos ambientais e também ao acesso à energia pelas camadas mais vulneráveis da sociedade:

- Os transportes, especialmente o de cargas e os automóveis, são a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa em energia, sendo responsáveis por 47% das emissões no ano de 2021.
- A falta de chuvas, decorrente da crise climática, impacta diretamente algumas formas de geração de energia renovável. No caso da hidráulica, por exemplo, o nível dos reservatórios das hidrelétricas fica baixo, aumentando também os custos para a geração de energia.
- Em torno de 30 milhões de brasileiros das camadas mais vulneráveis da sociedade usam lenha e carvão vegetal para a cocção de alimentos devido à elevação dos preços do gás de cozinha. Essa fonte, apesar de renovável, é altamente poluente e, muitas vezes, oriunda do desmatamento de florestas e matas.
- Nas regiões do país onde há predominância de população negra e de baixa renda, como as periferias dos grandes centros urbanos, há menor acesso à energia elétrica e maior duração de interrupção no fornecimento. Na Amazônia Legal, estima-se que 990 mil pessoas não tiveram acesso à energia em 2020, compreendendo territórios de populações tradicionais, unidades de conservação ou assentamentos rurais.



Neste contexto, para enfrentar o desafio de promover uma transição para a sustentabilidade portadora de oportunidades no setor de energia, as seguintes questões são apontadas como críticas:

1. Desenvolver estratégias que criem dinâmicas virtuosas entre a produção de energia renovável e as populações em situação de vulnerabilidade.
2. Reduzir as emissões geradas pelo transporte ao mesmo tempo que se otimize a logística de deslocamento de bens e pessoas.
3. Garantir o acesso, melhorar a estabilidade e o custo da energia elétrica para a população em situação de vulnerabilidade, a partir de fontes renováveis modernas, permitindo atividades produtivas mais complexas.

Narrativas

Ao analisar o debate público, foram identificadas quatro narrativas prevalentes sobre transição energética.

| Narrativa | Visão de Futuro e Propostas | Impactos em Inclusão produtiva |
|--|---|--|
| Empreendimentos hidrelétricos | Promover a geração de energia elétrica renovável a partir da água. Como a mais antiga das fontes de energia renovável, tem como principal proposta a construção de hidrelétricas com a possibilidade de descentralizar o suprimento de energia a partir de pequenas centrais. | <ul style="list-style-type: none"> Intensa geração de empregos na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos; Geração de ocupações para a operação e manutenção das infraestruturas; Os empregos gerados tendem a ser de baixa qualidade e curta duração. |
| Novas fontes de energias renováveis | Utilizar recursos naturais abundantes, como o sol e o vento para a geração e ampliação do acesso à energia, contribuindo para a justiça energética. As principais propostas se relacionam à geração de energia solar e energia eólica. | <ul style="list-style-type: none"> Comunidades isoladas podem ter acesso à energia de melhor qualidade e com possibilidade de autogestão; Viabilização da realização de atividades produtivas mais complexas; Especialmente em relação aos parques eólicos, impactos em comunidades locais podem excluir produtivamente grupos vulneráveis. |
| Bioenergia | Gerar energia elétrica e produzir combustíveis a partir de fontes biológicas, como materiais orgânicos ou resíduos agrícolas e florestais. A produção de biocombustíveis, geração de energia a partir de resíduos sólidos e o hidrogênio verde são exemplos de propostas. | <ul style="list-style-type: none"> Inserção de pessoas em vários elos da cadeia produtiva, desde a produção agrícola com inclusão de pequenos produtores até a pesquisa; Monoculturas podem limitar a inclusão produtiva de pequenos produtores e a expropriação de terras compromete o trabalho de agricultores. |
| Eletrificação da frota | Busca endereçar o desafio de que os meios de transportes movidos a combustíveis fósseis são um dos principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa. A proposta é a de eletrificação de veículos pesados e leves, seja no transporte público, de carga ou automóveis individuais. | <ul style="list-style-type: none"> Geração de empregos ligados a tecnologias, especialmente relacionados ao desenvolvimento de baterias mais eficientes; Geração de ocupações na cadeia de reaproveitamento de baterias; O processo de fabricação pode exigir menos mão de obra do que a necessária em veículos de motor à combustão. |

Fonte: Elaboração própria



As narrativas convergem na visão de futuro de reduzir a dependência de fontes fósseis e promover a segurança energética, mas podem disputar recursos para o seu desenvolvimento. Especialmente no aproveitamento de recursos naturais abundantes existentes no Brasil, a produção competitiva de energia renovável é uma vantagem. Ademais, a experiência e domínio tecnológico na produção de biocombustíveis é uma vantagem para a estratégia de transição energética do país e para a geração de ocupações. Contudo, como as diferentes estratégias são soluções transversais entre setores, estas acabarão competindo por recursos. Existe uma disputa mais evidente entre a bioenergia e a eletrificação da frota. O desafio reside em encontrar um equilíbrio que otimize e combine a eficiência das propostas, a equidade no acesso e a redução dos impactos ambientais e sociais negativos associados a cada uma dessas narrativas.

Áreas prioritárias para a inclusão produtiva

Diante desse panorama foram identificadas cinco áreas prioritárias para a inclusão produtiva.

| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|---|--|--|
| Grupo 1- Áreas não alinhadas com a agenda de sustentabilidade, e que precisam ser reestruturadas com atenção à inclusão produtiva | | |
| Petróleo e Gás | O setor de petróleo e gás é importante gerador de renda e empregos no Brasil. Essas fontes de energia são também importantes para a garantia da segurança energética do país e há prospecções de que continuarão sendo mesmo após 2050. | <ul style="list-style-type: none"> Diversificação das atividades com o investimento em energias limpas e compensação das emissões; Investimento de recursos no desenvolvimento de habilidades dos trabalhadores para a ocupação de postos de trabalho ao longo das cadeias produtivas das energias renováveis. |
| Grupo 2 - Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade, mas que precisam ser estruturadas para que a transição seja acompanhada de inclusão produtiva e impactos sociais positivos | | |
| Energia eólica | A energia eólica foi a que mais cresceu em 2022, contribuindo com 13,4% da geração de energia elétrica do país. Estima-se que a construção de parques eólicos entre 2011 e 2020 tenha criado mais de 195,5 mil empregos diretos e indiretos. | <ul style="list-style-type: none"> Estimular toda a produção nacional de componentes tecnológicos estratégicos; Combinar as instalações de eólicas offshore com a produção de mariscos; Construção de sistemas locais de produção de energia elétrica, com capacitação em manutenção dos sistemas para a comunidade local; Instituir instrumentos de acompanhamento e fiscalização das negociações dos contratos de uso da terra entre as comunidades locais e as empresas de energia eólica. |
| Cadeia produtiva da eletromobilidade | A indústria automobilística brasileira desempenha um papel crucial em termos de fluxo financeiro e criação de empregos. | <ul style="list-style-type: none"> Eletrificação do transporte público urbano (como ônibus), que tem o potencial de geração de empregos na construção de infraestruturas e na cadeia de reaproveitamento das baterias dos veículos, por exemplo; Investimento coordenado das agências de fomento à pesquisa nacional, em colaboração com empresas do setor dos veículos elétricos; Criação de incentivos e de um ambiente normativo adequado para que o setor se desenvolva; Desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem de baterias. |



| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|--|--|--|
| Grupo 3 – Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas que demandam uma aceleração da transição | | |
| Energia solar distribuída | A energia solar é uma fonte renovável que pode ser utilizada em diversos contextos, desde residências a indústrias, até comunidades isoladas. O Brasil apresenta amplo potencial de energia solar durante todo o ano e em todas as regiões. | Investimentos em inovação e em redes modernas como as redes inteligentes; Incentivo à produção de seus componentes tecnológicos no país; Desenvolvimento de habilidades locais para a manutenção de painéis solares; Incentivos para a instalação de painéis solares em prédios públicos, periferias e áreas rurais. |
| Bioenergia | A biomassa é a segunda fonte mais importante para geração de energia do Brasil. A inclusão produtiva da agricultura familiar foi incorporada como um elemento estratégico para a produção de biodiesel a partir de 2004, gerando uma série de benefícios às famílias e regiões envolvidas. | Incorporação de percentuais crescentes de mistura do biodiesel ao diesel para garantir a expansão do mercado; Aproveitar melhor a biodiversidade brasileira para a produção de biocombustíveis; Provisão de serviços, como assistência técnica adequada e acesso a tecnologias para os pequenos produtores; Modernização de marcos regulatórios para trazer segurança aos atores e remover barreiras burocráticas; Criação de incentivos e novos modelos de negócios para a produção de energia elétrica a partir de resíduos sólidos. |

Fonte: Elaboração própria

4) Cidades e Infraestrutura

Ainda que a discussão sobre cidades seja tipicamente urbana, propomos que neste estudo elas sejam entendidas como os territórios onde ocorrerá a transição para a sustentabilidade, incluindo as áreas rurais e considerando municípios de qualquer tamanho. As discussões de “cidades” e “infraestrutura” estão orientadas para a garantia de acesso da população a serviços essenciais e, por isso, trazem uma perspectiva espacial ou territorial para o debate de sustentabilidade. A discussão mais recente sobre infraestrutura propõe que seja garantido o acesso a serviços básicos e fundamentais à população, para além das construções de concreto. Nesse sentido, ao abordar o bem-estar social com a sustentabilidade ambiental nas cidades é importante manter em vista a infraestrutura física e a infraestrutura social. A infraestrutura física é composta pelos serviços de mobilidade, habitação, saneamento básico e acesso à internet. A infraestrutura social é composta pelos serviços de saúde, educação, cultura e assistência social.

No Brasil, esse setor apresenta desafios relacionados à infraestrutura física e social, propriamente, bem como à capacidade financeira dos municípios:

- A pobreza se concentra nas áreas rurais e fragilmente urbanizadas, e é nas áreas urbanas que se concentram os serviços e as oportunidades de emprego.

- Os déficits habitacionais, de acesso a serviços de saúde, internet e de segurança pública se agravam e atingem as populações mais vulneráveis, em especial a população negra. Entretanto, a maioria dos municípios do país não tem capacidade financeira, técnica e administrativa para gerir esses desafios, especialmente as cidades do Norte e Nordeste.
- Apenas 51,2% de todo o esgoto gerado no Brasil recebe tratamento e, em 2022, 39,5% dos resíduos sólidos ainda não tinham destinação adequada.

Diante do panorama acima, é possível identificar diferentes dimensões do contexto em que as populações em situação de vulnerabilidade se inserem e que apresentam problemas sociais e ambientais relevantes. Nesse sentido, as seguintes questões são apontadas como críticas:

1. Ampliar e adaptar a infraestrutura física e social, especialmente nas áreas mais vulneráveis.
2. Reduzir o custo de vida da população mais vulnerável e garantir o acesso a serviços e oportunidades.
3. Diversificar as oportunidades de trabalho com baixa emissão de carbono em áreas mais vulneráveis.

Narrativas

Ao analisar o debate público, foram identificadas três narrativas prevaletentes.

| Narrativa | Visão de Futuro e Propostas | Impactos em Inclusão produtiva |
|-----------------------------|--|---|
| Cidades sustentáveis | Desenvolvimento urbano que promova a qualidade de vida, buscando atenuar os impactos negativos da urbanização e as desigualdades. Estão presentes propostas como planejamento urbano integrado e implantação de Soluções Baseadas na Natureza. | <ul style="list-style-type: none"> ➡ Geração de emprego na construção e adaptação das infraestruturas físicas e sociais; ➡ Regularização de ocupações relacionadas à gestão de resíduos sólidos; ➡ Os empregos gerados podem ter um caráter temporário ou precário; ➡ Eliminação de ocupações informais sem efetivamente criar novas oportunidades. |
| Cidades inteligentes | Aplicação de sistemas tecnológicos no ambiente urbano, de forma a melhorar a eficiência dos serviços. A narrativa propõe, por exemplo, a implantação de sistemas de semáforos inteligentes e a digitalização dos serviços e administração pública. | <ul style="list-style-type: none"> ➡ Geração de postos de trabalho associados à digitalização da gestão pública; ➡ Geração de postos de trabalho pela expansão da atuação de empresas de tecnologia; ➡ Possibilidade de geração de emprego por habilitar e massificar o trabalho remoto; ➡ Precarização de postos de trabalho já existentes (“uberização”); ➡ Há o risco de exclusão de populações pouco escolarizadas, sem letramento digital e em situação de vulnerabilidade; ➡ Os empregos gerados podem ter um caráter temporário ou precário. |



| Narrativa | Visão de Futuro e Propostas | Impactos em Inclusão produtiva |
|--------------------------|---|---|
| Justiça ambiental | Busca a superação de assimetrias entre os diferentes grupos sociais, principalmente por meio da construção de resiliência aos impactos ambientais desproporcionais sobre grupos desfavorecidos e geração de oportunidades nos territórios vulneráveis. Propõe processos participatórios nas tomadas de decisão. | <ul style="list-style-type: none"> Geração de empregos e capacitação na produção de infraestrutura em áreas vulneráveis; Fomento ao empreendedorismo local a partir da economia solidária; Dificuldades de inclusão produtiva em lógicas voltadas a um mercado mais amplo; Informalidade dificulta o acesso a serviços pelos pequenos negócios. |

Fonte: Elaboração própria

Enquanto as narrativas de cidades sustentáveis e cidades inteligentes se pautam pelo planejamento urbano ordenado, a justiça ambiental se apresenta como uma proposta diferenciada e que parte das populações em situação de vulnerabilidade. As propostas relacionadas às narrativas de cidades sustentáveis e inteligentes muitas vezes priorizam territórios centrais e em áreas urbanas que já contam com bons níveis de desenvolvimento e acesso a serviços, não se estendendo a regiões mais remotas. Reconhecendo que os impactos ambientais são sentidos desproporcionalmente por populações já em situação de vulnerabilidade e que as desigualdades já existentes precisam ser enfrentadas, a justiça ambiental destaca a necessidade de processos participativos nas tomadas de decisão e a geração de oportunidades para esses grupos da sociedade.

Áreas prioritárias para a inclusão produtiva

Diante desse panorama foram identificadas cinco áreas prioritárias para a inclusão produtiva.

| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|--|---|--|
| Grupo 1- Áreas não alinhadas com a agenda de sustentabilidade, e que precisam ser reestruturadas com atenção à inclusão produtiva | | |
| Construção civil e adaptação de infraestruturas | Essa área é geradora de empregos em massa, mas a maior parte das construções ainda não incorpora aspectos da arquitetura sustentável. Ademais, grande parte das ocupações é caracterizada por condições precarizadas de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> Inclusão de certificações ambientais e legislações nos instrumentos de planejamento urbano; Criação de programas que privilegiam a atuação de pequenas e médias empresas; Investimento em programas de capacitação de mão-de-obra em parceria com entidades como o SENAI e outras instituições técnicas. |



| Área prioritária | Importância | Recomendações |
|---|--|---|
| Grupo 2 - Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade, mas que precisam ser estruturadas para que a transição seja acompanhada de inclusão produtiva e impactos sociais positivos | | |
| Desenvolvimento local | O desenvolvimento local contribui para a descentralização da atividade econômica e permite o atendimento das necessidades das populações vulneráveis, melhorando a qualidade de vida. | <ul style="list-style-type: none"> Adoção de marcos legais que ampara iniciativas, como a economia social solidária; Associar os investimentos às vocações locais, como fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais; Organização de ações coletivas, como mutirões de energia solar, construção de cisternas e moradias sociais. Inclusão de trabalhadores, serviços e empreendimentos informais em programas voltados à geração de oportunidades, até que essas iniciativas encontrem caminhos próprios para a formalização. |
| Economia criativa | A preservação da cultura, com a valorização das formas de vida, e desenvolvimento das potencialidades locais a partir da economia criativa têm o potencial de apoiar as comunidades a enfrentar os desafios ambientais, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento sustentável. | <ul style="list-style-type: none"> Entender as atividades da economia criativa a partir de um olhar de cadeia de valor, buscando a distribuição justa dos benefícios entre os atores; Coordenar a consolidação de atividades com a construção de habilidades; Criação de marcas sustentáveis, selos de indicação de procedência e sustentabilidade em atividades como gastronomia, turismo, artesanato e moda; Revigorar o panorama do investimento público e privado, bem como o entendimento público sobre a importância de políticas nessa área. |
| Economia do cuidado | A expansão da infraestrutura social pode reduzir as desigualdades e criar resiliência ambiental para as populações mais vulneráveis. Nesse sentido, a economia do cuidado pode reduzir o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho não remunerado relacionado ao lar e aos cuidados com a família. | <ul style="list-style-type: none"> Definir claramente o conceito de "cuidado", os arranjos institucionais e a estrutura de governança necessários para a construção de políticas; Deliberar sobre arranjos possíveis em cada contexto, desenhando estratégias de financiamento para serviços voltados à população em situação de vulnerabilidade; Regulamentação das atividades de cuidado que garantam o trabalho digno e desenvolvimento de programas de capacitação. |
| Grupo 3 - Áreas alinhadas com a agenda de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas que demandam uma aceleração da transição | | |
| Economia digital | A economia digital pode ampliar as possibilidades do trabalho remoto, diminuindo a demanda por transporte, favorecendo a diversificação e aumento da eficiência das atividades produtivas, e melhorando o acesso a serviços. | <ul style="list-style-type: none"> Garantir no âmbito do planejamento urbano que as áreas mais empobrecidas sejam priorizadas; Provisão de dispositivos adequados para a conexão e desenvolvimento das habilidades necessárias para o uso desses dispositivos; Fomentar o desenvolvimento de startups, particularmente das regiões Norte e Nordeste, onde elas estão menos presentes; Ampliação de programas de capacitação profissional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. |

Fonte: Elaboração própria



RECOMENDAÇÕES PARA INTEGRAR A INCLUSÃO PRODUTIVA NA AGENDA DE TRANSIÇÃO

Ainda que importante, a discussão sobre transição para a sustentabilidade não pode ser resumida a um olhar para os setores, também há temas transversais a serem considerados. Esses temas, como planejamento, financiamento, avanços em ciência, tecnologia e inovação, e garantia da proteção social, tipicamente dão contorno às agendas de transição e precisam ser pensados sob uma nova perspectiva frente aos desafios da crise climática. Entendemos que uma das exigências nesse sentido é uma maior atenção ao tema da inclusão produtiva. Enquanto a inclusão produtiva for vista como uma questão separada, a ser pensada fora do processo de tomada de decisão estratégica, seja no âmbito da redução de danos ou como uma simples consequência do avanço econômico, o padrão de exclusão e desigualdade tende a ser mantido ou ampliado.

Além disso, aliar as agendas de inclusão produtiva e transição para a sustentabilidade demanda esforços para além da dimensão técnica, se ancorando na formação de uma coalizão de atores estratégicos. Essa coalizão deve ser capaz de sustentar uma agenda de longo prazo guiada por critérios ambientais e sociais. Nesse sentido, abaixo apresentamos recomendações para que governos, empresas e organizações do terceiro setor possam dar uma atenção mais substantiva à inclusão produtiva ao se engajar nas discussões, planos e programas associadas à transição para a sustentabilidade.

Governo

- **Liderar a formulação de um direcionamento estratégico de transição para a sustentabilidade do país, com atenção à inclusão produtiva.** É importante observar que, ainda que o Brasil possa ter vantagens comparativas e competitivas nos novos mercados que se abrem, a transição não pode ser reduzida a um conjunto de oportunidades de negócio ou a um conjunto de políticas isoladas. Ela é mais bem concebida como um chamado para adotar um novo estilo de desenvolvimento, que promova o fortalecimento da estrutura produtiva do país e reduza as suas brechas de produtividade, que permita a regeneração da natureza e seus serviços ecossistêmicos e trate dos problemas sociais, incluindo a geração de trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade. A elaboração dessa visão se beneficia também da participação dos atores de interesse em diferentes escalas.

- **Adotar critérios claros no processo de tomada de decisão sobre os investimentos que realizará, ou sobre as tecnologias que visa desenvolver.** Ao promover a adoção de novas soluções, o governo precisa estar consciente de que essas não são neutras nos seus impactos ambientais e sociais, assim como na possibilidade de geração de novas ocupações. Enquanto algumas soluções podem eliminar ocupações ou gerar apenas poucas oportunidades de alta qualificação, outros caminhos podem resultar na geração de postos de trabalho adequados para a inserção da população socialmente vulnerável. Assim, é importante, por exemplo, que sejam adotadas medidas que incluam a promoção do trabalho decente e que fomentem a formação de arranjos produtivos inclusivos para Médias e Pequenas Empresas (MPEs).
- **Criar um ambiente favorável para que diferentes setores do próprio governo, assim como o setor privado e o terceiro setor possam somar esforços no processo de transição.** Isso envolve o desenho de sistemas de incentivos claros e estáveis, mecanismos de governança e coordenação e programas que visem o processo de transição. A capacidade de articulação do poder público com atores sociais pode ser manifestada no estabelecimento de critérios para a contratação de empresas verdes em compras públicas, o fortalecimento de programas de educação profissional e tecnológica em temas da bioeconomia, incentivos fiscais para setores produtivos da economia verde, entre outros exemplos. Nesse processo, é importante que sejam incluídas metas, indicadores e programas específicos dirigidos e adaptados às necessidades de atores estratégicos, como MPEs e grupos socialmente vulneráveis. Dessa forma pode se evitar que as iniciativas criadas não sejam inteiramente apropriadas por empresas de maior porte ou por atores mais influentes no campo da formulação de políticas, o que poderia aprofundar as desigualdades existentes no país.
- **Criar um sistema de desenvolvimento de capacidades que antecipe e responda às demandas da transição.** Esse sistema pode se beneficiar de estudos prospectivos assim como das percepções do setor privado e do terceiro setor sobre as necessidades emergentes de ocupações relacionadas a uma economia sustentável. Podem ser contemplados diferentes tipos de formação, desde programas de curta duração que podem favorecer a atualização ou realocação de trabalhadores, como programas mais longos que visem a formação de jovens e o atendimento a necessidades de maior complexidade. É possível aproveitar da estrutura existente de educação profissional e tecnológica e do sistema de ensino superior público para realizar integrações. O importante é que os programas estejam conectados com as demandas e oportunidades dos territórios e contribuam para a inserção em ocupações de trabalho decente - ao invés de transitórias e precárias. A participação nos programas pode ser combina-



da com o oferecimento de apoio financeiro, seja no formato seguro-de-emprego ou bolsa de estudos, para permitir que os beneficiários se dediquem aos programas.

- **Avançar na adoção de uma abordagem adaptativa para a proteção social do país.** Essa abordagem deve incluir programas de assistência humanitária ágeis e capazes de responder a diferentes demandas, como por exemplo o estabelecimento de fundos de assistência para vítimas de desastres climáticos e a integração de programas de proteção social com os de conservação ambiental. Deve incluir também estratégias de prevenção e adaptação de mais longo prazo, que permitam adequar os meios de vida das populações em situação de maior risco. Essa abordagem exige conduzir um mapeamento de riscos, incluir novas informações no Cadastro Único e atualizá-lo com maior frequência em lugares especialmente vulneráveis, realizar investimentos para fortalecer a infraestrutura física e social dessas áreas e coordenar um conjunto de intervenções que promovam a inclusão produtiva.

Empresas

- **Enquanto a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis deve se tornar uma exigência crescente dos mercados, há muito mais que uma empresa pode fazer pelo desenvolvimento sustentável.** Mesmo com os avanços da agenda ESG, ainda é um desafio a consideração sobre os arranjos produtivos fomentados pelas empresas serem ou não inclusivos. Arranjos produtivos inclusivos permitem a inserção de MPEs e contribuem para a melhora da estrutura produtiva de uma região. As grandes empresas, em especial, têm um papel a cumprir, assumindo essa visão e se tornando líderes nessa arena.
- **Identificar novas habilidades e competências que serão necessárias a partir da própria transição para a sustentabilidade no nível organizacional.** As mudanças podem envolver, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias, como no processo de digitalização e na adesão de práticas da indústria 4.0, e na capacitação em temas relacionados com a sustentabilidade, como eficiência energética. O setor privado pode desempenhar um papel-chave em sinalizar novas habilidades que estão sendo requeridas nos postos de trabalho e, quando necessário, realocar a força de trabalho anteriormente envolvida em atividades não alinhadas à transição.
- **Tratar a apropriação justa dos benefícios pelos envolvidos nos diferentes elos das cadeias produtivas como uma exigência da sustentabilidade.** Seja nas relações de trabalho dentro da empresa ou na relação entre os diferentes elos das cadeias produtivas, a sustentabilidade exige rela-



ções sociais justas. Cadeias produtivas em que um elo se apropria dos resultados, enquanto outros sofrem déficits de trabalho decente, não podem ser consideradas sustentáveis – mesmo que apresentem bons resultados ambientais. Essa questão requer atenção especial quando se trata de populações historicamente excluídas, como os povos tradicionais.

- **Atuar pelo desenvolvimento sustentável dos territórios em que estão inseridas.** As empresas precisam estar cada vez mais conscientes da sua relação com os territórios em que se inserem e atuar pelo seu desenvolvimento sustentável. Os processos produtivos e os produtos e serviços oferecidos pelas empresas podem tanto levar à deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida, como contribuir para a regeneração da natureza e para atender as necessidades sociais. O diálogo com a comunidade do local em que se inserem as atividades produtivas pode evitar erros por aqueles não familiarizados com a situação socioambiental do território.

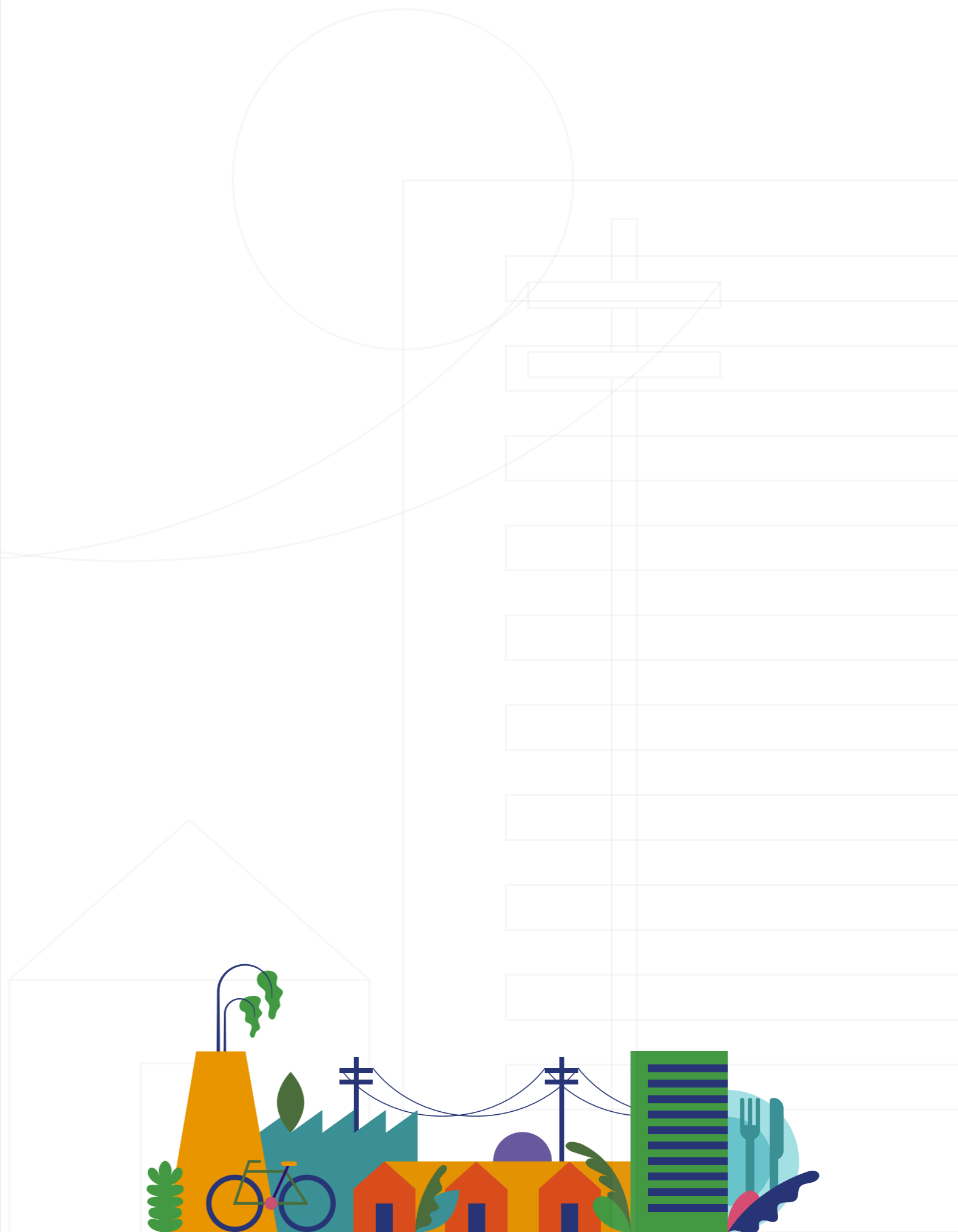
Organizações do terceiro setor

- **Colocar em pauta que a sustentabilidade deve ser entendida nas dimensões social e ambiental – ao invés de restringir-se à última – e explicitar os desafios que precisam ser enfrentados.** A atividade econômica atual tende a agravar desigualdades em todas as dimensões da sustentabilidade. Fica evidente que os grupos sociais vulneráveis tendem a ser desproporcionalmente afetados também no cenário de degradação ambiental. A estruturação de projetos e programas capazes unir pautas ambientais e sociais deve surgir como forma de atender às demandas da agenda de transição de forma abrangente e integrada.
- **Fomentar o desenvolvimento de tecnologias sociais e de soluções inovadoras, que muitas vezes recebem pouca atenção apesar de seu baixo custo.** Para tanto, pode ser estratégico promover a conexão com organizações de ciência, tecnologia e inovação do país, ou com serviços oferecidos pelo governo ou mesmo empresas. A introdução de produtos científicos e tecnológicos de baixo custo em comunidades socialmente vulneráveis constitui uma agenda estratégica para a disseminação de inovações sociais que tendem a ficar restritas aos centros de pesquisa e universidades. Neste contexto, a sistematização das aprendizagens obtidas com diferentes experiências e o registro de barreiras e impulsionadores identificados podem auxiliar no avanço dessa recomendação.
- **Identificar gargalos que existem nas cadeias produtivas que estão alinhadas à transição para a sustentabilidade e que podem criar oportunidades de ocupação no país.** Organizações sociais podem oferecer suporte para os elos mais frágeis da cadeia – via programas de aceleração, capa-



citação, certificação, oferta de crédito, entre outros – fortalecendo os resultados gerados pela cadeia e a inserção de atores socialmente vulneráveis. A intervenção de iniciativas externas à dinâmica de mercado pode auxiliar no desenvolvimento de competências de pequenas empresas e de trabalhadores marginalizados.

- **Fomentar a participação da população em situação de vulnerabilidade nos processos de tomada de decisão sobre a transição para a sustentabilidade.** Ao fomentar espaços de participação nas tomadas de decisão, é possível garantir a esses atores um papel não apenas de beneficiários, mas de participantes ativos do processo de mudança. Com o avanço da transição, ações de monitoramento e fiscalização também podem contribuir para assegurar que os investimentos e mudanças realizadas são coerentes com o desenvolvimento sustentável e os avanços promotores de justiça.
- **Apoiar na identificação dos desafios e potencialidades enfrentados por populações em situação de vulnerabilidade.** Essa identificação pode ocorrer, por exemplo, a partir do fomento a espaços de articulação entre comunidades, governos e setor privado, com o objetivo de criar estratégias conjuntas de ação. Tais esforços se beneficiam da inteligência de modelagem de negócios, para que os caminhos tomados também sejam viáveis financeiramente e se sustentem ao longo do tempo.
- **Tornar acessíveis serviços necessários para que as MPEs façam as mudanças para se alinhar com a sustentabilidade ou para que pessoas se insiram em setores promissores.** Esses serviços, como assistência técnica, certificação socioambiental e crédito, favorecem a adoção de práticas e promovem a inserção em mercados, mas não estão facilmente disponíveis. Da mesma forma, no campo da empregabilidade, podem ser desenhados e oferecidos programas de formação técnica e profissional que permitam que pessoas em situação de vulnerabilidade se insiram em setores alinhados com a sustentabilidade. Nesses esforços, é importante que também se dê atenção à sensibilização dos empreendedores e das pessoas à pauta da sustentabilidade, uma vez que essa com frequência está distante dessa população.



PARA ACESSAR

WWW.TRABALHOESUSTENTABILIDADE.COM.BR

realização



execução

apoio técnico

